

Imagem de satélite com a localização da Baía de Sepetiba.

Companhia Mercantil e Industrial Ingá deixa passivo ambiental à Baía de Sepetiba (RJ)

DATA DE EDIÇÃO
19/12/2012

MUNICÍPIOS
RJ - Itaguaí

LATITUDE
-22,9147

LONGITUDE
-43,8275

SÍNTESE

Entre as indústrias mais poluidoras da baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro, está a Companhia Mercantil e Industrial Ingá, indústria de zinco desativada em 1998. Seus estoques de resíduos, acumulados por mais de 30 anos no local de produção, ameaçam até hoje o patrimônio socioambiental da baía, causando diversos impactos ao meio ambiente e à população.

APRESENTAÇÃO DE CASO

Localizada a 60 km da região metropolitana do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2006), a baía de Sepetiba proporcionou, durante séculos, a base econômica de diversas comunidades residentes ao longo de suas margens e ilhas. Seu pescado era usado não só para a subsistência, como também era vendido para diversos mercados da região metropolitana (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009).

No entanto, nas últimas décadas, a baía de Sepetiba tem passado por um intenso desenvolvimento industrial, contando com cerca de 400 indústrias, grande parte delas metalúrgicas. Tais indústrias lançam seus resíduos e efluentes, ricos em metais pesados e outras substâncias tóxicas, diretamente na baía ou corpos d´água da região, provocando sua poluição e causando diversos impactos socioambientais (RIBEIRO, 2006) nos municípios que compõem a bacia da baía de Sepetiba, dentre eles: Itaguaí; Seropédica; Mangaratiba; Queimados; Japeri; e Paracambi (SEMADS, 2001).

A degradação ambiental na região não só prejudicou a atividade pesqueira como inibiu o turismo. Já a modernização de algumas indústrias e a falência de outras contribuíram para a precarização das relações de trabalho e para a redução das oportunidades de emprego e renda, aumentando os índices de violência e desemprego, dentre outras questões sociais (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009).



Passivo ambiental deixado pela Ingá

Neste contexto, está a Companhia Mercantil e Industrial Ingá, indústria de zinco, atualmente desativada (RIBEIRO, 2006), que está situada a 85 km do Rio de Janeiro, na ilha da Madeira, em Itaguaí, município com 275,867 km² e 109.091 habitantes (IBGE, 2010). As instalações da empresa são consideradas a maior área de contaminação por lixo tóxico do Brasil (MAGALHÃES, et al., 2000 apud PINTO, 2005) e representam um dos maiores passivos ambientais do Estado do Rio de Janeiro (MAGALHÃES, et al., 2000 apud PINTO, 2005; BRASIL MINERAL, 2008).

As consequências da contaminação da baía de Sepetiba pelas atividades da Companhia Mercantil Industrial Ingá tiveram impacto direto na vida da população local, que, temerosa, não vê o estabelecimento de novos empreendimentos na região como fator de melhoria de suas condições de vida, a não ser que haja uma eficiente fiscalização (LINDOLFO, 2011).

Mesmo após a falência da empresa, em 1998, diversos episódios de contaminação continuaram ocorrendo na baía de Sepetiba, em decorrência do vazamento de diques contendo rejeitos, que se encontram na área do empreendimento, cuja principal atividade era o processamento do minério calamina para a produção de zinco com alta pureza (RIBEIRO, 2006). Elementos-traços, como cádmio, zinco, mercúrio e chumbo, continuam poluindo o solo e a água, comprometendo a biota, o meio de vida e a saúde dos habitantes da região (MAGALHÃES, et al., 2000 apud PINTO, 2005).

A Companhia Mercantil Industrial Ingá instalou-se em Itaguaí, em 1962. Desde então, suas atividades passaram a gerar resíduos que foram se acumulando e formando montanhas de material tóxico a céu aberto, no pátio da empresa (PINTO, 2005). Durante o período em que esteve funcionando, a companhia poluía a baía de Sepetiba de forma rotineira e também acidental. A poluição rotineira estava associada aos efluentes líquidos represados e à disposição inadequada dos rejeitos que acabavam sendo arrastados para a baía. Já a poluição acidental ocorria devido ao rompimento dos sistemas de contenção e disposição de resíduos, causando situações extremas de poluição (BREDARIOL, 2002).

Com a falência da empresa, a indústria foi abandonada, e os sistemas de controle, desativados, o que deu continuidade ao processo de contaminação e aos riscos de acidentes ambientais (BREDARIOL, 2002).

Devido a todos esses fatores, no decorrer de sua história, a empresa foi alvo de duas ações civis públicas (uma movida pelo Ministério Público Estadual e outra, pelo Ministério Público Federal) e lhe foram aplicadas dezenas de multas pelos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental (CECA; FEEMA, 2004 apud VIÉGAS, 2006).

Ainda em 1965, a população residente próxima à área da empresa se queixou de sintomas de queimação devido ao ar inalado na região. Relatou também que a companhia lançava um líquido quente numa vala que saía no manguezal, provocando a mortandade de espécies nativas (PINTO, 2005).

Em 1984, por recomendação da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) (VIÉGAS, 2006), a empresa construiu um dique de contenção na área de deposição de seus resíduos. Também instalou tanques de acumulação de águas e uma estação de tratamento de resíduos e de águas residuárias. Tais medidas deveriam minimizar o despejo de resíduos tóxicos na baía de Sepetiba (BREDARIOL, 2002), mas sondagens geotécnicas realizadas no local revelaram que a construção do dique havia sido malfeita, pois ficava muito próximo ao mar e num terreno baixo, o que o deixou vulnerável a rompimentos (VIÉGAS, 2006).

Em fevereiro de 1996, em decorrência de fortes chuvas, o dique de contenção da empresa se rompeu, contaminando com metais pesados a baía de Sepetiba, e causando um dos maiores desastres ambientais do Rio de Janeiro. Então, órgãos ambientais, moradores e a prefeitura de Itaguaí solicitaram à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema-RJ) uma análise da água. O órgão afirmou que o problema não era grave, no entanto, o Laboratório de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) constatou, no local, índices de cádmio e zinco em mariscos até 60 vezes mais altos do que os admitidos pelo Ministério da Saúde (O GLOBO, 1996 apud PINTO, 2005).



Em 1998, foi decretada a falência da indústria, que deixou um passivo ambiental avaliado, à época, em R$ 20 milhões (PINTO, 2005). Em 2002, fortes chuvas causaram o transbordamento de lixo químico do dique da companhia em direção à baía de Sepetiba. Uma vistoria, realizada por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), representantes do Ministério Público Estadual e dirigentes da Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente (Apedema), detectaram que o lençol freático e poços artesianos da região estavam contaminados (VIÉGAS, 2006).

Em 2003, o dique rompeu-se novamente, e a água e lama tóxicas escoaram para os manguezais da baía, repetindo o desastre ecológico de 1996. Cerca de 6.000 m² do mangue foram atingidos. Em alguns pontos, a vegetação ficou soterrada (VIÉGAS, 2006).

Ainda em 2003, devido ao colapso das condições de segurança do dique da Companhia Ingá Mercantil (VIÉGAS, 2006), e ao fato de nada ter sido feito para solucionar os problemas que ocorriam desde 1997 (PORTAL ECODEBATE, 2009), o Ministério Público Federal determinou que o Estado do Rio de Janeiro assumisse o compromisso de realizar obras que impedissem o rompimento da estrutura de contenção da empresa (LOPES, 2004 apud LINDOLFO, 2011). A Secretaria de Estado do Meio Ambiente autorizou, então, recursos para o início dos trabalhos, que foram coordenados pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) (VIÉGAS, 2006).

Em 2004, uma liminar concedida pelo Ministério Público

determinou indenização de um salário mínimo por semana a cada pescador da região. A indenização referia-se ao período de fevereiro de 1996 – data do primeiro grande desastre causado pela Companhia Ingá Mercantil – até o dia em que a baía de Sepetiba fosse recuperada. No mesmo ano, o governo do Estado do Rio liberou verba para o término das obras do reservatório da companhia. O objetivo era elevar e reforçar o dique de contenção dos resíduos químicos armazenados, diminuindo, assim, o risco de transbordamento. Foi criada, ainda, uma comissão com representantes dos governos federal e estadual e da prefeitura para que fosse apresentado um projeto para a Companhia Ingá Mercantil e para todo o passivo que ela representava (PINNA et al., 2004; WAMBIER, 2004 apud PINTO, 2005).

"Em janeiro 2005, os ex-diretores da empresa foram condenados por crime ambiental, pela poluição da baía de Sepetiba" (VIÉGAS, 2006, p. 4) e, em 2007, o governo do estado juntamente com o então administrador e representante da massa falida iniciaram a descontaminação do terreno da Companhia Mercantil e Industrial Ingá (PORTAL ECODEBATE, 2009).

Em junho de 2008, o terreno da companhia foi arrematado, em leilão, pela Usiminas, (PORTAL ECODEBATE, 2009) que, em 2009, reiniciou o processo de descontaminação em parceria com o governo do Estado do Rio de Janeiro (AGÊNCIA RIO DE NOTÍCIAS, 2009). No período de maio de 2011 até novembro de 2012, a empresa pretendia investir R$ 92 milhões na recuperação ambiental do terreno. O projeto previa, além do encapsulamento, o tratamento e a renovação da água subterrânea, que também está contaminada. A Usiminas estima que, para total eliminação dos produtos tóxicos, a água terá que ser bombeada por aproximadamente 20 anos (GONÇALVES, 2011).



Terreno contaminado por metais pesados.

A iniciativa de recuperação ambiental compreende, dentre outras ações, a instalação de uma barreira hidráulica para contenção do fluxo do lençol freático; o tratamento dos efluentes líquidos retirados; a implantação de um sistema de monitoramento da área; e o acondicionamento seguro da água contaminada do reservatório da Companhia Mercantil e Industrial Ingá (PORTAL ECODEBATE, 2009).

No terreno arrematado, a Usiminas pretende construir um porto para escoamento do minério de ferro (ALECRIM, 2010). Enquanto não conclui a iniciativa, a empresa firmou contrato de operação portuária que permitirá o escoamento do minério pelo porto Sudeste - da LLX, empresa logística do Grupo EBX. O acordo prevê o embarque de 3 milhões de toneladas no primeiro ano, chegando até 12 milhões de toneladas anuais em 2016 (VALOR ONLINE, 2011).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A Companhia Mercantil e Industrial Ingá está instalada no município de Itaguaí, na região costeira Sul/Sudeste do Rio de Janeiro, na latitude 22°54'53"S e longitude 43°49'39"W.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALECRIM, Michel. US$ 600 milhões para o Rio. O Dia on line, São Paulo, 26 fev. 2010. Disponível em: http://odia.terra.com.br/portal/economia/html/2010/2/us_600_milhoes_para_o_rio_66203.html. Acesso em 30 mar. 2010.

AGÊNCIA RIO DE NOTÍCIAS. Começa descontaminação da Ingá Mercantil em Itaguaí. In: Blog Informativo Rio, 05 jun. 2009. Disponível em: http://informativorio.blogspot.com/2009/06/comeca-descontaminacao-da-inga.html. Acesso em: 27 mar. 2010.

BRASIL MINERAL. Brasil. Passivo ambiental. Ingá continua sem comprador. In: Mineral OnLine, n. 348, 16 abr. 2008. Disponível em: http://www.brasilmineral.com.br/BM/default.asp?COD=3521&busca=&numero=348. Acesso em: 13 out. 2011.

BREDARIOL, Celso Simões. O Aprendizado da negociação em conflitos ambientais. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 2002. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_celso_bredariol.pdf. Acesso em: 29 mar.2010

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Itaguaí (RJ). In: IBGE Cidades, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=330200&r=2. Acesso em: 13 out. 2011.

GONÇALVES, Carolina. Recuperação ambiental de área contaminada pela Ingá Mercantil envolverá mais de R$ 92 milhões. Agência Brasil, 23 abr. 2011. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-04-26/recuperacao-ambiental-de-area-contaminada-pela-inga-mercantil-envolvera-mais-de-r-92-milhoes. Acesso em 10 nov. 2011.

LINDOLFO, Nathalia dos Santos. Percepção da população local frente ao impacto ambiental causado pela Companhia Ingá, CETEM, 2011. Disponível em: http://www.cetem.gov.br/publicacao/serie_anais_XIX_jic_2011/XIX_JIC2011_nathalia_santos_lindolfo.pdf. Acesso em: 14 out. 2011.

MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. Pescadores artesanais, quilombolas e outros moradores do entorno da Baía de Sepetiba: sem peixes, expostos a contaminações e

ameaçados por milícias ligadas a empreendimentos em construção, 03 dez. 2009 Disponível em: http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=109. Acesso em: 13 out. 2011.

PINTO, Luciana Madeira de Oliveira. Implicações da contaminação por metais pesados no meio ambiente da Baía de Sepetiba e entorno: o caso da Cia Mercantil Ingá, 2005. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) Universidade Federal Fluminense, Niterói Disponível em: http://en.scientificcommons.org/16435753 Acesso em: 26 mar. 2010.

PORTAL ECODEBATE. RJ inicia a descontaminação do terreno da Companhia Ingá Mercantil, um dos maiores passivos ambientais do estado, 05 jun. 2009. Disponível em: http://www.ecodebate.com.br/2009/06/05/rj-inicia-a-descontaminacao-do-terreno-da-companhia-inga-mercantil-um-dos-maiores-passivos-ambientais-do-estado/ Acesso em: 27 mar. 2010.

RIBEIRO, Andreza Portella. Procedimento de fracionamento comparado a modelo de atenuação para a avaliação de mobilidade de metais pesados em sedimentos da Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas

Energéticas e Nucleares, São Paulo, 2006. Disponível em: http://pelicano.ipen.br/PosG30/PDF/Andreza%20Portella%20Ribeiro%20D.pdf. Acesso em: 26 mar. 2010.

SEMADS, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos da Macrorregião Ambiental 2 - Bacia da Baía de Sepetiba. Rio de Janeiro, 2001.79p. Disponível em: http://issuu.com/paulobidegain/docs/5rios_bhbsepetiba. Acesso em: 13 out. 2011.

VALOR ONLINE. Usiminas conclui acordo para exportar minério pelo porto Sudeste. In: O Globo, 14 fev. 2011. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/02/14/usiminas-conclui-acordo-para-exportar-minerio-pelo-porto-sudeste-923795493.asp. Acesso em: 14 out. 2011.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñes. Desigualdade Ambiental e “Zonas de Sacrifício”, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000392.pdf. Acesso em: 30 mar. 2010.